

JOGOS E BRINCADEIRAS COMO ELEMENTOS PARA A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Elaine Francisco Xavier¹

Orientador Acadêmico: Paulo Rogério Santos e Silva²

Resumo: O presente artigo trata das contribuições dos jogos e das brincadeiras no processo de inclusão na Educação Infantil, partindo do pressuposto de que esses recursos pedagógicos contribuem de forma significativa para a aprendizagem e o desenvolvimento dos educandos. Buscamos com esta pesquisa analisar a produção acadêmica desenvolvida sobre a utilização de jogos e brincadeiras no processo de inclusão na Educação Infantil. Metodologicamente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em que conseguimos identificar a importância e a contribuição dos jogos e das brincadeiras no processo de ensino e aprendizagem e na inclusão nessa etapa da Educação Básica.

Palavras-chave: Brincadeira; Inclusão; Educação Infantil.

Abstract: This article deals with the contributions of games and games in the process of inclusion in Early Childhood Education, based on the assumption that these pedagogical resources significantly contribute to the learning and development of students. With this research we seek to analyze the academic production developed on the use of games and games in the process of inclusion in Early Childhood Education. Methodologically, a bibliographic research was carried out in which we were able to identify the importance and contribution of games and games in the teaching and learning process and in the inclusion in this stage of Basic Education.

Keywords: Play; Inclusion; Child education.

1 INTRODUÇÃO

Optamos pelo estudo do tema “Inclusão na Educação Infantil: Jogos e brincadeiras” por termos iniciado nossa trajetória profissional como assistente de ensino na primeira etapa da educação básica. Nesse contexto, percebemos o quanto o lúdico e os jogos e brincadeiras são importantes no processo de inclusão, pois possibilitam pensar a diversidade presente nas escolas e reconhecer a necessária mudança de visão sobre a mesma, além de entender que as políticas educacionais precisam contemplar todos os cidadãos, independente das diferenças.

1- Acadêmica em Licenciatura em Pedagogia – Instituto Federal Goiano – Campus Cristalina

2- Mestre em Educação UFG

Ressaltamos ainda que refletir sobre a inclusão implica examiná-la sob a ótica de novos paradigmas, em que o respeito à diversidade seja condição primordial; mais ainda, a inclusão não pode ser pensada apenas para portadores de necessidades educacionais especiais: precisa ser pensada para todos. Sobre esse aspecto, Antunes afirma que: “[...] o paradigma da inclusão preconiza não só a inclusão dos portadores de deficiências, mas de todos, independentemente de suas condições existenciais” (Antunes). No que compete à educação inclusiva, a escola deve ser concebida como um espaço aberto à diversidade, livre de pré-conceitos acerca dos seus alunos. A inclusão precisa se constituir em uma via de mão-dupla, num processo bilateral, em que as pessoas excluídas e a sociedade buscam, juntas, maneiras de solucionar ou, pelo menos, minorar os problemas. Dentro do contexto escolar, os jogos e as brincadeiras têm sido adaptados, tornando-se aliados no processo de inclusão.

Esses recursos são vistos como um método viável e eficaz que auxilia no desenvolvimento e na aprendizagem de crianças com necessidades especiais, possibilitando à escola a oportunidade de valorizar o aluno na sua individualidade. Diante do exposto, o objetivo desta pesquisa é conhecer e discutir sobre a importância dos jogos e das brincadeiras para o desenvolvimento humano, educacional e emocional de crianças com necessidades especiais inseridas no espaço escolar, uma vez que crianças pertencentes a essas condições de limitação podem apresentar dificuldades na aprendizagem.

Entendemos que a educação inclusiva deve possibilitar que os estudantes interajam de maneira efetiva em toda atividade proposta, por isso defendemos que a brincadeira favorece o processo de socialização das crianças, dando-lhes oportunidade de realizarem atividades livremente e de forma prazerosa, ao mesmo tempo em que permite o desenvolvimento das mais variadas habilidades e competências, contribuindo também para que haja de fato uma inclusão entre os alunos que apresentam alguma deficiência e os que não apresentam.

Brincando as crianças não encontram diferenças ou limitações nos outros, todos agem com o mesmo entusiasmo e se ajudam mutuamente. O jogo, por ser desafiador, faz com que as crianças busquem novas alternativas para conseguirem atingir o objetivo, ao mesmo tempo em que promove uma inclusão afetiva entre elas.

A partir dessas reflexões iniciais, chegamos a nossa questão norteadora: Como os jogos e as brincadeiras podem contribuir no processo de inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil?

O objetivo geral é assim definido: Investigar os significados dos jogos e das brincadeiras no processo de inclusão de crianças com deficiências na Educação Infantil.

Como objetivos específicos elencamos:

- Reconhecer o brincar e o jogar como metodologias de inclusão na educação infantil.
- Compreender o processo de inclusão e a aprendizagem da criança com necessidades especiais.
- Analisar a produção acadêmica desenvolvida sobre a utilização de jogos e brincadeiras no processo de inclusão na Educação Infantil.

Metodologicamente, a pesquisa foi desenvolvida por meio de uma pesquisa bibliográfica realizada em livros. Nessa etapa, conseguimos identificar a importância e a contribuição dos jogos e das brincadeiras no processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil. Procedemos à leitura de livros dos autores: (Lacerda, Kishimoto, Lucena e Passos, 2017 p. 111), que apresentaram muitas contribuições para a pesquisa. Utilizamos também materiais disponíveis nas páginas da *internet* especializadas em educação. Segundo Gil (1999, p. 44), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Para o começo e o andamento da pesquisa, fizemos um levantamento bibliográfico preliminar. Segundo Gil (1999), não se pode definir de imediato que material deverá ser consultado. A experiência, porém, demonstra que é muito importante buscar esclarecimento acerca dos principais conceitos que envolvem o tema de pesquisa, fazer a leitura de trabalhos de natureza teórica capazes de proporcionar explicações a respeito do assunto, bem como conhecer pesquisas recentes que abordam a temática.

Priorizamos a pesquisa de natureza qualitativa por conter abordagens bastante relevantes, que proporcionam ao pesquisador um entendimento mais detalhado dos significados. Esse tipo de pesquisa se empenha em analisar e interpretar informações mais aprofundadas, relatando a complexidade da ação humana. Segundo Lakatos e Marcone

(2011, p. 269), ela se preocupa em analisar e interpretar aspectos mais profundos, além de fornecer uma análise mais detalhada sobre a investigação.

A natureza da pesquisa se caracteriza como aplicada, pois busca gerar conhecimento para a aplicação prática e é dirigida à solução dos problemas anteriormente definidos. Quanto à classificação, é uma pesquisa exploratória, pois se volta sobre um problema ou questão de pesquisa geralmente com pouco ou nenhum estudo anterior a seu respeito. O objetivo desse tipo de estudo é procurar padrões, ideias ou hipóteses.

A amostragem da revisão bibliográfica ocorreu por meio da análise de artigos e periódicos encontrados que abordam o foco da nossa pesquisa. Os dados coletados se referem aos estudos realizados sobre a temática da pesquisa e foram analisados buscando compreender a ludicidade no processo de inclusão na educação infantil.

A pesquisa se justifica pela contribuição que estudos nessa área podem oferecer em relação à valorização dos jogos e das brincadeiras como um recurso mediador da aprendizagem de crianças e do processo de inclusão delas em nossas escolas.

2 INCLUSÃO: DIREITO DE TODOS

Respeitar a igualdade de direitos e, ao mesmo tempo, a diversidade entre seres humanos pressupõe a construção de uma sociedade inclusiva, o que exige a superação do modelo excludente de sociedade e a adoção de um modelo fundado no reconhecimento e no respeito à diferença.

Dentre todas as referências sobre portadores de necessidades especiais, a Declaração de Salamanca (1994) contempla de forma vigorosa esse segmento da sociedade quando preconiza que a escola deve ser:

Para todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Crianças, jovens e adultos, cujas necessidades têm origem na deficiência ou em dificuldades cognitivas, são consideradas portadores de necessidades educacionais especiais e devem ser incluídas em programas educacionais previstos para todos os educandos, mesmo aqueles que apresentam desvantagem severa. A escola inclusiva (escola que deve acomodar todas as crianças independentemente de suas condições intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras, deve promover uma educação de alta qualidade a todos os educandos). [...] (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

Na perspectiva de uma escola inclusiva, há que se possa presente que a homogeneização das práticas pedagógicas se confronta com o respeito à diversidade inerente

ao ser humano; é preciso, pois, buscar o atendimento das necessidades educativas especiais de todos os alunos, perseguindo a aprendizagem significativa e o desenvolvimento pessoal de todos os sujeitos no processo educativo.

2.1 A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ao acompanharmos a trajetória da Educação Infantil e da Educação Especial é possível verificar pontos semelhantes. A Educação Infantil foi fortemente marcada pelo assistencialismo e pela filantropia, de igual maneira ocorreu com a Educação Especial, em que o poder público transferiu às instituições filantrópicas a responsabilidade pelo manejo da mesma.

A introdução do aluno com deficiência na escola visando cumprir as determinações legais ou atender à exigência dos pais pode acarretar em uma participação escolar à margem do sistema educacional, em que esse aluno não interage com seus pares ou se torna vítima de maus tratos e *bullying*; crianças que estão na escola apenas para a socialização e não recebem uma educação formal, ou seja, recebem uma “inclusão excludente”, refletem um sistema educacional que inclui sem dar condições para que elas se percebam como pertencentes àquele meio. Salientamos que o ambiente escolar ideal para a criança com deficiência deve ser um espaço rico e desafiador, onde a interação com os demais colegas concorra para o desenvolvimento de suas potencialidades, possibilitando a construção e a troca de saberes e valores. Segundo Emilio (2007 apud FRELLER; FERRARI; SEKKEL, 2008, p. 83)

[...] a inclusão na escola particular, se feita de forma ética e responsável, não significa receber e incluir todos os alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular, mas implica tanto reconhecer às dificuldades e limitações existentes quanto – e principalmente – a disponibilidade para buscar condições para que isso aconteça [...].

De acordo com os autores supracitados, a oferta de vagas na Educação Infantil na rede pública em todo o país é menor do que a demanda, o que dificulta profundamente o processo de inclusão, já que as crianças com deficiência também engrossam esse grande número de excluídos das creches públicas e Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI).

Antes de receber o aluno deficiente, é fundamental conhecer o seu histórico e a sua condição. Diagnósticos exatos são de extrema importância e precisam ser respeitados, ainda mais se orientarem sobre a melhor maneira de atender o aluno, por isso não podem ser confundidos com rótulos, reduzindo o educando à determinada condição, como “o autista”, “o deficiente intelectual”, “o TDA/H”, etc. Além disso, os professores devem saber se há utilização de medicamentos, o tempo de duração (quando isso interfere na participação em atividades escolares) e os efeitos colaterais.

Os documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1999) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2002), destacam a necessidade da adaptação curricular e do processo avaliativo, sendo exigidas adaptações tanto físicas quanto pedagógicas e de pessoal em virtude das especificidades apresentadas pelos alunos com deficiência.

Na Educação Infantil o que observamos é que muitas creches e escolas aceitam crianças com deficiência, acreditando que elas apenas necessitam de socialização e brincadeiras. Não estamos afirmando aqui que socialização e brincadeiras não sejam importantes, mas é cada vez maior o número de crianças mantidas na Educação Infantil após atingirem a idade de alfabetização e de ingresso no Ensino Fundamental.

Segundo Brito (2015), para educar crianças com deficiência é necessário promover sua integração social e, neste ponto, a escola é, sem dúvidas, o primeiro passo para que aconteça essa inserção na sociedade. O ambiente de que ela faz parte irá conduzir o desenvolvimento intelectual e afetivo, e a creche ou a pré-escola deve instruí-la e conduzi-la ao conhecimento da realidade existente na sociedade, além de proporcionar um saber da humanidade e das relações que a cercam.

Brito (2015) afirma que os profissionais das escolas necessitam observar os progressos que a criança vai conquistando a partir do ponto de vista da própria criança. A autora ainda descreve que: “É preciso analisar o processo desde seu ingresso na escola, como a criança se portava e o que passou a ser capaz de realizar” (BRITO, 2015, p. 86).

Portanto, é importante frisar que as crianças se desenvolvem em situações de interação social nas quais conflitos e negociação de sentimentos, ideias e soluções são elementos indispensáveis, desta forma concluímos este ponto concordando com Eleotero (2011) que explica que incluir alunos com deficiência ou necessidades educativas especiais

no sistema de Educação Infantil requer um currículo especial, ajustes e algumas modificações curriculares que propiciem o avanço no processo de aprendizagem. (ELEOTERO, 2011, p.12).

3 JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A brincadeira é a vida da criança e uma forma gostosa de se movimentar e ser independente. Brincando a criança desenvolve os sentidos, adquire habilidades para usar as mãos e o corpo, reconhece objetos e suas características (textura, forma, tamanho, cor e som). Brincando ela entra em contato com o ambiente, relaciona-se com o outro, desenvolve o físico, a mente, a autoestima, a afetividade, torna-se ativa e curiosa.

As crianças precisam brincar, é inerente ao ser humano se organizar em grupos por afinidade e por esse motivo a brincadeira é tão importante. É através dela que as crianças trocam informações e experiências, adquirindo importantes aprendizados para seu desenvolvimento. Diante disso, elas devem ser estimuladas a auxiliar os colegas que necessitem de ajuda para desenvolver as atividades, seja qual for a tarefa proposta. É certo que existe a brincadeira e o brinquedo, e tanto uma quanto o outro podem ser sinônimos de divertimento, e ambos são culturais.

Segundo Froebel (1992, p. 55),

A brincadeira é a atividade espiritual mais pura do homem neste estágio e, ao mesmo tempo, típica da vida humana enquanto um todo da vida natural interna no homem e de todas as coisas. Ela dá alegria, liberdade, contentamento, descanso externo e interno, paz com o mundo... A criança que brinca sempre, com determinação auto ativa, preservando, esquecendo sua fadiga física, pode certamente tornar-se um homem determinado, capaz de auto sacrifício para a promoção do seu bem e de outros... Como sempre indicamos o brincar em qualquer tempo não é trivial, é altamente sério e de profunda significação.

Para que, de fato, ocorra a inclusão, as práticas pedagógicas têm que mudar, deve ser valorizado o conhecimento cultural do aluno, respeitada sua forma e o tempo de aprender, como também se construir novas estratégias que possam corresponder às reais necessidades e formas de aprendizagem dos alunos.

Sobre a brincadeira, Winnicott (1965) destaca que:

A criança adquire experiência brincando. A brincadeira é uma parcela importante em sua vida. As experiências tanto externas podem ser férteis para o adulto, mas para a criança essa riqueza encontra-se principalmente na brincadeira e na fantasia. Tal como as personalidades dos adultos se desenvolvem por intermédios de suas próprias brincadeiras e das invenções de brincadeiras feitas por outras crianças e por adultos. Ao enriquecerem-se, as crianças ampliam gradualmente sua capacidade de exagerar a riqueza do mundo real. A brincadeira é a prova evidente da capacidade criadora, que quer dizer vivência. (WINNICOTT, 1965, p. 163).

Para que a atividade lúdica atinja seus objetivos e desenvolva todo o seu potencial, não basta apenas brincar, é preciso planejar todos os espaços e tempos, traçar metas, objetivos, observar e mediar as atividades. Os jogos bem trabalhados em sala de aula desenvolvem a autonomia, aprimoram a coordenação motora, a concentração, o raciocínio, o emocional e ajudam no desenvolvimento da criatividade da criança.

Por ser uma atividade lúdica tão importante para o desenvolvimento da criança, deve ser amplamente utilizada nos espaços escolares. Através de jogos e brincadeiras o estudante desenvolve as habilidades necessárias para o aprendizado e a convivência com a sociedade em que está inserido.

É fundamental que os profissionais da educação que trabalham com crianças portadoras de alguma necessidade especial se interessem e busquem conhecimento sobre a temática jogos e brincadeiras, favorecendo assim um melhor direcionamento do seu trabalho pedagógico, além de incentivar a imaginação e promover o desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas da criança.

3.1 ANALISANDO A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE INCLUSÃO A PARTIR DO JOGO E BRINCADEIRAS

Vem se expandindo a soma de crianças com necessidades especiais na Educação Infantil. A Convenção da Guatemala de 1999 teve como um dos seus objetivos motivadores a garantia de que os governos se comprometeriam em adaptar todos os seus prédios e instituições de modo a torná-los aptos e melhorar a comunicação, o acesso público e o transporte das pessoas deficientes, agindo para a prevenção e a exclusão de qualquer forma de preconceito com as pessoas deficientes e possibilitando a inclusão integral das mesmas na sociedade (BRASIL, 2001). Desse modo, as crianças e os adolescentes deficientes alcançaram o direito de serem inseridos nas instituições de ensino, encorajando a expansão

da finalidade de inserção de alunos. Tal finalidade exige da instituição algum preparo, tanto no que diz respeito à argumentação da transitabilidade quanto à disponibilidade da gestão e da docência.

A Educação Infantil vem conquistando seu lugar ao longo dos anos, sendo agregada ao ensino básico desde a Constituição de 1988, e alcançando ênfase por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9.394/1994). Apesar disso, até o momento encara muitos confrontos, especialmente com relação ao ingresso de crianças com deficiência em turmas regulares. Segundo Mantoan (2017), os instrumentos facilitadores da Educação Especial, bem como do ensino regular, devem estar incluídos dentro do sistema geral de ensino, de forma a contribuir para o desenvolvimento do aluno. Entretanto, quando se entende, em casos específicos, que a educação para o aluno deficiente não consegue se efetivar dentro do sistema básico de educação, pode ocorrer a oferta de uma Educação Especial que se constituirá em um subsistema dentro do sistema. Entendemos que essa não é a compreensão geral, apenas de alguns que não reconhecem os benefícios da inclusão no ensino regular para as crianças com deficiência. Quando há o reconhecimento do benefício propiciado pelo convívio com os seus pares, a alternativa correta é a inclusão nas salas regulares.

As instituições de ensino público de Educação Infantil possuem uma enorme proporção de alunos, entre eles há os que apresentam uma deficiência física ou intelectual, e que em alguns momentos não vivenciam na escola um ambiente de inclusão que lhes assegure uma educação qualitativa, honrando suas particularidades. Mas por quais motivos ainda existem essas desigualdades e exclusões nas instituições de ensino? Há muitas causas que impossibilitam o ato de inclusão, como escolas com falta de adequação física que atenda à transitabilidade, contrariedade em adquirir uma diagnose por parte dos pais, carência na qualificação de profissionais da área de educação inclusiva, esses são alguns dos numerosos problemas existentes na rotina de muitas escolas públicas.

A UNESCO, em sua Conferência Geral ocorrida em 1960, deixa claro que o processo discriminatório dentro do sistema educacional se constitui em uma completa quebra de direitos. Dentro das formas de sua instituição, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura visa estabelecer métodos colaborativos em meio aos povos, objetivando garantir a cada indivíduo, independentemente de suas diferenças ou limitações,

o respeito global dos direitos do ser humano e o acesso igualitário à educação (UNESCO, 2003). O aprendizado é uma capacidade essencial do indivíduo deficiente em todos os graus de aprendizagem no decorrer de sua jornada. Conforme o artigo 205 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), a educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e para o trabalho.

Apesar da educação inclusiva até o momento ser um ato complexo, ela cooperou para que comunidade reconsiderasse as condições dos indivíduos com dificuldades pedagógicas especiais. Com a instituição das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação regular em 2001, houve o entendimento de que o conjunto de ensinamento necessita registrar integralmente os discentes, competindo às instituições de ensino se organizarem para atender os discentes com insuficiências pedagógicas especiais, comprometendo-se com as exigências essenciais para um ensino de excelência e igualitário. No processo de ensino-aprendizagem, o aluno é o sujeito e o construtor do processo, por isso toda aprendizagem precisa ser embasada em um bom relacionamento entre os elementos que participam do processo, ou seja, aluno, professor, colegas de turma, de modo a ocorrer o diálogo, a colaboração, a participação, trabalhos e jogos (brincadeiras) em conjunto ou em grupos e o respeito mútuo (KULLOK, 2002, p. 11).

A inclusão escolar hoje possui uma compreensão diferente das concepções anteriormente existentes acerca de deficiência. As insuficiências corporais modificam as relações da criança com o mundo e se manifestam no comportamento diferenciado nas relações com as pessoas. No próprio seio familiar a criança deficiente é tratada de maneira diferente, pois recebe atenção e cuidados diferenciados dos entes familiares. Diante do exposto, destacamos que uma das principais questões relativas à inclusão na Educação Infantil é saber se ela será bem desenvolvida.

A inclusão na Educação Infantil faz romper com o atual paradigma educacional, busca um caminho para que a escola possa fluir, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam. E se o que se pretende é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconheça e valorize as diferenças, buscando sempre a participação da família para um bom desempenho da criança nas atividades escolares. Entretanto os avanços da inclusão na Educação Infantil ocorrem no sentido de entender a importância desse

processo para o desenvolvimento das crianças desde a primeira infância de forma a lhes garantir um futuro mais justo, em que seja apresentado um mundo igual para todos.

Segundo Miranda, os desafios da escola brasileira são identificados ainda mais quando se pensa em alguns princípios da inclusão, a qual não se limita a propiciar o simples acesso de todos à escola por meio da universalização das matrículas, mas se centra na garantia da máxima eliminação das barreiras relativas à aprendizagem e à participação efetiva de todos no processo educativo (MIRANDA, 2015, p. 105). Para o autor, a inclusão sofre várias influências que são impulsionadas pelas políticas sociais e educacionais, exigindo uma reestruturação das práticas pedagógicas que garanta a construção dos conhecimentos dessas crianças sem construir barreiras no processo ensino aprendizagem. Para isso, é preciso atender às dificuldades dessas crianças e o professor deve ser construtor e inovador do conhecimento. As atividades realizadas em sala de aula precisam despertar o interesse da cada estudante, e o professor deve conhecer cada aluno individualmente, sua história de vida, além disso, o plano de aula precisa prever e incentivar a participação dos alunos tanto nas tomadas de decisão acerca das atividades quanto no enriquecimento e na flexibilização do currículo.

É preciso criar contextos lúdicos como brinquedoteca, cantinho do conto, jogos matemáticos, entre outros, para se trabalhar com materiais pedagógicos variados e adaptados às necessidades das crianças com deficiência e buscar despertar a curiosidade nelas para que se interessem pelo que está sendo apresentado, promovendo um espírito verdadeiramente inclusivo, que é o que se espera que todas as comunidades e da sociedade em geral. Torne-se necessário desenvolver habilidades para despertar nas crianças deficientes o gosto de participar das atividades realizadas desenvolvidas no ambiente escolar, e que se torne prazerosa essa participação de todos por uma inclusão de qualidade.

Uma das estratégias usadas para promover ações que sensibilizem a problemática da deficiência e preparar pais e filhos para a inclusão é a realização de teatros com fantoches, com bonecos representando os diferentes tipos de deficiência. São ações que podem ser realizadas na própria escola com a participação da família, criando um elo entre família e escola. Morim (2015, p. 49-50) relata que cabe à educação do futuro cuidar para que a ideia de unidade da espécie humana não apague a ideia de diversidade, e que a da sua diversidade não apague a da unidade. Há uma unidade humana. Há uma diversidade humana. A unidade

não está apenas nos traços biológicos da espécie *Homo sapiens*. A diversidade não está apenas nos traços psicológicos, culturais e sociais do ser humano.

É pelo brinquedo que a criança desenvolve a imaginação, a confiança, o controle, a criatividade, a cidadania, a cooperação, o relacionamento interpessoal e compreende suas próprias frustrações. Ele pode ser considerado como objeto suporte da brincadeira. Segundo Kishimoto (2000), o principal objetivo é dar à criança um substituto dos objetivos reais para que possa manipulá-los. Desse modo, ela expressa no brinquedo o mundo real, com seus valores, modos de pensar e agir e o imaginário do criador do objeto. Para Leontiev (1998, p. 126), o brinquedo é a atividade principal da criança, aquela conexão que possibilita as mais significativas mudanças no desenvolvimento psíquico do sujeito e na qual se desenvolvem os processos psicológicos que preparam o caminho da transição da criança em direção a um novo e mais elevado nível de desenvolvimento.

O brinquedo executa o papel de aproximar a fantasia infantil da realidade social em que a criança está inserida. Como bom observador, Froebel (1896, p.54) percebe que a criança, nos primeiros tempos, não se diferencia dos objetos que a circundam e compreende a natureza antropomórfica do pensamento infantil. O autor destaca que brincar e falar se constituem em elementos que a criança neste estágio utiliza para dar a cada coisa as faculdades da vida, sentimentos e fala. Ela imagina que as coisas podem ouvir, porque começa a representar seu ser interno externamente, ela reproduz a mesma atividade em tudo, para a pedra e o pedaço de madeira, para a planta, a flor e um animal. A ainda que se possa comparar a relação brinquedo-desenvolvimento com a relação instrução-desenvolvimento, o brinquedo proporciona um campo muito mais amplo para as mudanças quanto as necessidades e a consciência. A ação na esfera imaginativa, em uma situação imaginária, a criação de propósitos voluntários e a formação de planos de vida reais e impulsos espontâneos aparecem ao longo do brinquedo, fazendo do mesmo o ponto mais elevado do desenvolvimento pré-escolar. A criança avança essencialmente através da atividade lúdica. Somente nesse sentido se pode considerar o brinquedo como uma atividade condutora que determina a evolução da criança. (VYGOTSKY, 1991, p. 226-227)

A primeira infância se caracteriza por ser um período em que se deve auxiliar o desenvolvimento natural da criança, pois seu crescimento físico ocorre de maneira rápida e paralela com a formação das atividades psíquicas e sensoriais. (ANGOTTI, 2007, p. 105).

Nas brincadeiras são empreendidas ações coordenadas e organizadas, dirigidas a um fim e, por isso, antecipatórias, favorecendo um funcionamento intelectual que leva à consolidação do pensamento abstrato. A força motriz da ludicidade, o que a faz ser tão importante no complexo processo de apropriação de conhecimentos, é a combinação paradoxal de liberdade e controle. Como define o autor, “Brincar é a mais alta fase do desenvolvimento infantil – do desenvolvimento humano neste período. É a representação auto ativa do interno, representação do interno da interna necessidade e impulso” (FROEBEL, 1896, p. 54- 55). Ao dizer que o brincar é a fase mais significativa do desenvolvimento da criança, Froebel (1896) se aproxima de Vygotsky (1988), que entende que brincar é a atividade mais pura, mais espiritual do homem neste estágio, e, ao mesmo tempo, típico da vida humana como um todo – a vida natural interna escondida no homem e em todas as coisas.

O ato de brincar não é um privilégio dos tempos modernos. Essa atividade sempre fez parte do cotidiano das crianças, possibilitando a abertura de novos caminhos que contribuam para o aumento de sua bagagem social e intelectual (COELHO, 2010, p. 8). Durante o processo de transformação da criança, é importante que a mesma tenha os sentidos constantemente estimulados, antes mesmo de adquirir seus primeiros aprendizados. Os trabalhos psicomotores propiciam grandes benefícios para o desenvolvimento da atividade motora das crianças, e a melhor forma de estimulá-la é através das brincadeiras.

Segundo Brougère (2004, p. 197), desde os primeiros anos de vida a criança passa por grandes transformações físicas, é claro, mas também por profundas modificações de suas habilidades, motoras ou de linguagem para citar as mais visíveis; é isso que temos o costume de chamar de desenvolvimento ou aprendizagem. Há jogos que constituem uma categoria específica, como o jogo educativo, desenvolvido por longo tempo sobre suportes tradicionais (papel, papelão, plástico) e hoje é amplamente representado por formas eletrônicas e de multimídia (BROUGÈRE, 2004, p. 201). É notória a transformação sofrida por alguns brinquedos, principalmente no que se refere a sua produção. Muitos passaram a ser confeccionados com materiais mais sofisticados ou foram substituídos por modelos digitais. Contudo, algumas marcas que atuam nesse ramo ainda tentam preservar a tradicionalidade de alguns jogos ditos educativos. Para Brougère (2004, p. 202): “[...] a maioria desses jogos remete a uma abordagem educativa mais difusa, não estritamente escolar, pela descoberta

do meio ambiente ou prática de operações lógicas ligadas aos princípios lúdicos envolvendo memória, atenção e raciocínio simples. ”

Para que a atividade lúdica atinja seus objetivos e desenvolva todo o seu potencial não basta apenas brincar, é preciso planejar todos os espaços e tempos, traçar metas, objetivos, observar e mediar as atividades. Os jogos bem trabalhados em sala de aula desenvolvem a autonomia, aprimoram a coordenação motora, a concentração, o raciocínio, o emocional e ajudam no desenvolvimento da criatividade da criança.

O professor precisa ainda estar atento ao envolvimento e ao desempenho de seus alunos para que as atividades propostas por ele estejam de acordo com cada nível de desenvolvimento, possibilitando assim novas aprendizagens.

Percebemos que o envolvimento ativo da criança nas brincadeiras proporciona um misto de alegria, solidariedade, união, criação, satisfação e frustração. Ao brincar ela encontra não só os momentos que são agradáveis, pois existem conflitos e decepções por não conseguir realizar o que deseja, porém esses momentos são logo esquecidos e substituídos por outras ações lúdicas que, por sua vez, tentam superar a anterior, pois o divertimento e o prazer proporcionado pela brincadeira se sobrepõe aos aspectos que para a criança parece negativo e frustrante naquele momento.

Por ser a atividade lúdica tão importante para o desenvolvimento da criança, deve ser amplamente utilizada nos espaços escolares. Através de jogos e brincadeiras o aluno desenvolve as habilidades necessárias para o aprendizado e a convivência com a sociedade em que está inserido.

Faz-se necessário que os profissionais da educação que trabalham com crianças portadoras de alguma necessidade especial se interessem e busquem conhecimento sobre a temática de jogos e brincadeiras, o que vai possibilitar um melhor direcionamento do seu trabalho pedagógico, no intuito de incentivar a imaginação e promover o desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas da criança.

4 PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Concluimos que os jogos e brincadeiras adaptados às necessidades especiais contribuem para uma verdadeira inclusão e para o desenvolvimento significativo da

aprendizagem por meio de métodos práticos, lúdicos e criativos. Evidenciamos a importância da utilização desses métodos pedagógicos não apenas na valorização do aluno como ser ativo dentro do âmbito escolar, mas também pela sua função de motivar e estimular o aluno no processo de desenvolvimento e na aquisição de novos conhecimentos, deixando o ambiente educacional mais atrativo e favorável para a interação e a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais.

Os jogos se tornaram para os professores uma alternativa de inclusão dos alunos que apresentam algum tipo de limitação física ou intelectual. Tais métodos, que incluem a utilização de jogos e brincadeiras durante as aulas, exigem por parte dos docentes planejamento e ousadia em oferecer novas propostas para esse grupo. Além disso, é preciso ter cuidado para não deixar que esse momento se torne apenas recreativo, perdendo o verdadeiro foco, que é aprendizagem.

Não existe atividade mais completa para as crianças do que o brincar, pois elas começam a estudar brincando, assimilando conhecimentos sem perceber. Segundo alguns estudiosos, a brincadeira educativa pode assumir muitas formas, então cabe aos/as educadores/as modificar a brincadeira espontânea das crianças para que a mesma adquira um valor pedagógico, mas sem perder o aspecto lúdico. Portanto, brincar e jogar são recursos riquíssimos para o desenvolvimento de habilidades, tornando-se estratégias de ensino possíveis para se atingir diferentes objetivos e áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGOTTI, Maristela. **Maria Montessori: uma mulher que ousou viver transgressões. In: Pedagogia(s) da infância: dialogando com o passado: construindo o futuro**/Júlia Oliveira-Formosinho, Tizuko Morchida Kishimoto, Mônica Appezzato Pinazza, organizadoras. – Porto Alegre: Artmed, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Educação inclusiva. A fundamentação filosófica**. Coordenação Geral SEESP/MEC, Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/fundamentacaofilosofica.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2021.

_____. **Educação Inclusiva: Direito à Diversidade: Fundamentação Filosófica**. Brasília. MEC/SEESP, 2004.

_____. **Lei Brasileira de Inclusão**. Brasília, 2015 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 9 dez. 2021.

_____. Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2021.

BRITO, Elaine Rodrigues. **A inclusão do autista a partir da educação infantil: Um estudo de caso em uma pré-escola e em uma escola pública no Município de Sinop – Mato Grosso**, Revista Eventos Pedagógicos Articulação universidade e escola nas ações do ensino de matemática e ciências v.6, n.2 (15. ed.), número regular, p. 82-91, jun./jul. 2015

BROUGERE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. Coleção Questões da nossa época, nº São Paulo: Cortez 2004.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil: Teoria, análise e didática**. São Paulo: Moderna, 2010.

EMÍLIO, S. A. **O cotidiano escolar pelo avesso: sobre laços, amarras e nós no processo de inclusão**. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

FRELLER, Cintia C.; FERRARI, Marian A. de L. D.; SEKKEL, Marie C. **Educação Inclusiva: percursos na Educação Infantil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

FROEBEL, Friedrich. **Uma pedagogia do brincar para infância**. Porto Alegre: Artmed, 1992.

_____ **The education of man.** In: HARRIS, W.T.(Ed.). The international series. New York- London: D. Appleton and Company, 1896. Vol 5.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KISHIMOTO, Tizuko M. (Org.): **Jogo, brinquedo, brincadeira, e a educação.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KULLOK, Maria Gomes Brandão (organizadora), **Relação Professor-aluno: contribuições à prática pedagógica,** Maceió, edUFAL, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LEONTIEV, Aléxis N. **Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil.** In: VIGOTSKY, L. S; LURIA, A. R; LEONTIEV, Alekse i N. et al . Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone – EDUSP, 1998b.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2017.

MIRANDA, Theresinha Guimarães. As múltiplas dimensões da formação docente para uma escola inclusiva: uma reflexão a partir da perspectiva cultural. Revista Entreideias, Salvador, v. 4, n. 1, p. 13-34, jan./jun. 2015

MORIN. E. **“Introdução ao Pensamento Complexo”.** Editora Sulina. Porto Alegre, 2015.

SIAULYS. M. O. C. - **Brincar para Todos** - Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2005. 152 p.

SÃO PAULO: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.**DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca.** Espanha, 1994. Siaulys, Mara O. de Campos.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Espanha, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2021.

WINNICOTT, D.W. **O brincar e a realidade.** Rio de Janeiro: Imago, 1965.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1988.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991

